

JUAREZ TAVARES

TEORIA DO CRIME CULPOSO

Prefácio de Prof. Dr. Dr. h. c. mult Claus Roxin

5ª edição, inteiramente revista





Copyright© 2018 by Juarez Tavarez

Editor Responsável: Aline Gostinski

Capa e Diagramação: Carla Botto de Barros

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO:

EDUARDO FERRER MAC-GREGOR POISOT

Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Investigador do Instituto de Investigações Jurídicas da UNAM - México

JUAREZ TAVARES

Catedrático de Direito Penal da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Brasil

LUIS LÓPEZ GUERRA

Magistrado do Tribunal Europeu de Direitos Humanos. Catedrático de Direito Constitucional da Universidade Carlos III de Madrid - Espanha

OWEN M. FISS

Catedrático Emérito de Teoria de Direito da Universidade de Yale - EUA

TOMÁS S. VIVES ANTÓN

Catedrático de Direito Penal da Universidade de Valência - Espanha

**CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

T23t
5. ed.

Tavarez, Juarez
Teoria do crime culposo / Juarez Tavarez ; prefácio Claus Roxin. - 5. ed., rev. -
Florianópolis [SC] : Tirant Lo Blanch, 2018.
592 p. : il. ; 23 cm.

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-85-9477-240-4

1. Direito penal - Brasil. 2. Delito - Brasil. I. Roxin, Claus. II. Título.

18-52704

CDU: 343(81)

Leandra Felix da Cruz - Bibliotecária - CRB-7/6135

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais.

A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art.184 e §§. Lei nº 10.695, de 01/07/2003), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à Tirant Empório do Direito Editorial Ltda.



Todos os direitos desta edição reservados à Tirant lo Blanch.

Av. Embaixador Abelardo Bueno, 1 - Barra da Tijuca

Dimension Office & Park, Ed. Lagoa 1, Salas 510D, 511D, 512D, 513D

Rio de Janeiro - RJ CEP: 22275-040

www.tirant.com.br - editora@tirant.com.br

1141052

SUMÁRIO

PREFÁCIO	17
VORWORT.....	18
ABREVIATURAS	19
PRIMEIRA PARTE - FUNDAMENTOS DOUTRINÁRIOS	
CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO	29
I. Característica geral	29
II. Posição sistemática	34
III. A doutrina dos clássicos	45
CAPÍTULO 2 - TEORIAS DA AÇÃO CULPOSA	53
I. A teoria causal	53
1. Características dos sistemas causais.....	53
2. Os elementos da negligência.....	56
3. Crítica à teoria causal.....	61
II. A teoria finalista	65
1. Características do sistema finalista.....	65
2. O princípio da finalidade potencial.....	68
3. O modelo conclusivo.....	71
4. Variantes do finalismo.....	75
(1) A concepção de MAURACH.....	76
(2) A concepção de STRATENWERTH.....	78
(3) As concepções de KAUFMANN, STRUENSEE, ZIELINSKI e BLEI.....	80
(4) A concepção de ZAFFARONI.....	83
5. O finalismo brasileiro.....	86
(1) JOÃO MESTIERI.....	86
(2) LUIZ LUISI.....	88
(3) HELENO CLÁUDIO FRAGOSO.....	89
(4) HEITOR COSTA JÚNIOR.....	91
(5) LUIZ REGIS PRADO.....	93
(6) JUAREZ CIRINO DOS SANTOS.....	94
(7) CEZAR ROBERTO BITENCOURT.....	96
6. Crítica à teoria finalista.....	97
III. As teorias valorativas	110
1. Características gerais.....	110
2. A teoria normativista.....	112
(1) O conceito de ação.....	112

(2) A estrutura do tipo e da culpabilidade.	115
(a) A concepção de BOCKELMANN	115
(b) A concepção de SCHMIDHÄUSER	116
(3) Os fundamentos da negligência	117
(a) A concepção de BOCKELMANN	118
(b) A concepção de SCHMIDHÄUSER	119
(4) Crítica à teoria normativista	123
3. A teoria social	134
(1) O conceito de ação	134
(a) A concepção de JESCHECK	136
(b) A concepção de WESSELS	138
(c) A concepção de HAFT	139
(d) A concepção de HELLMUTH MAYER	140
(2) Os fundamentos da negligência	142
(a) A concepção de JESCHECK	143
(b) A concepção de WESSELS	149
(c) Outros posicionamentos	150
(aa) A concepção de HELLMUTH MAYER	150
(bb) A concepção de ARTHUR KAUFMANN	152
(cc) A concepção de HAFT	156
(3) Crítica à teoria social	158
IV. A doutrina italiana.	175
1. Característica geral	175
2. As concepções individuais.	175
(1) A concepção de FIANDACA-MUSCO	175
(2) A concepção de BETTIOL	179
(3) A concepção de MANTOVANI	182
(4) Outros posicionamentos.	183
3. Crítica à doutrina italiana.	184
V. As teorias funcionais	187
1. O conceito de ação	187
(1) A concepção de ROXIN	188
(2) A concepção de JAKOBS	189
(3) A concepção de MUÑOZ CONDE.	192
(4) Outros posicionamentos.	194
(a) ENRIQUE BACIGALUPO	194
(b) ROLF DIETRICH HERZBERG.	196
(c) HANS-JOACHIN BEHRENDT	198
2. Os fundamentos da negligência	198
(1) A concepção de ROXIN	198
(a) O tipo de injusto.	201
(b) A antijuridicidade	205
(c) A culpabilidade	206
(2) A concepção de JAKOBS	208
(3) A concepção de MUÑOZ CONDE.	213
3. Crítica às teorias funcionais	216

SEGUNDA PARTE - POSIÇÃO ADOTADA

CAPÍTULO 1 - APRECIÇÃO SISTEMÁTICA	225
I. A tendência dos sistemas	225
II. As perspectivas metodológicas	229
III. Denominação	232
CAPÍTULO 2 - O INJUSTO DOS DELITOS CULPOSOS	239
SEÇÃO 1 - PRESSUPOSTOS	239
I. Proposição de um conceito de ação	239
1. Pressupostos do conceito de ação	243
2. Ação como atividade organizada	248
3. A ação no processo de comunicação	251
4. A ação como conduta volitiva	254
5. Ação e atos impulsivos, ou automatizados	255
6. Ação e objetos de referência	256
7. Ação e culpa inconsciente	259
8. Ação e omissão	260
9. Características da vontade	261
10. Ação e esquecimento	267
11. Conclusão sobre o conceito de ação	270
II. A imputabilidade	273
III. A estrutura normativa	276
1. A questão do bem jurídico	277
2. O processo de formação normativa	279
3. Interesse e valor	281
4. Proibições e comandos	285
5. Dever de cuidado e conduta perigosa	289
6. Delito culposo e delito omissivo	293
IV. A divisão delitos dolosos e culposos	297
V. O sistema adotado e o Código Penal	303
1. A estrutura lógica do art. 13	304
2. As implicações teleológicas do art. 13	308
3. As implicações sistemáticas do art. 18	309
4. Tipos culposos derivados e autônomos	310
SEÇÃO 2 - O TIPO DE INJUSTO NO FATO CULPOSO	311
I. Aspectos gerais	311
1. A questão do tipo aberto	311
2. A perspectiva de classificação dos delitos culposos	315
II. A ação típica	317
1. A ação típica como conduta voluntária	317

2. A ação típica como conduta descuidada	322
III. O critério da medida do cuidado	323
IV. A questão do tipo subjetivo	331
V. A lesão aos deveres de cuidado	333
1. Delimitação e conteúdo dos deveres de cuidado	333
(1) O dever de reconhecimento do perigo (cuidado interno)	334
(2) O dever de realizar conduta cuidadosa ou dela se abster (cuidado externo)	336
(a) A abstenção da conduta perigosa	336
(b) A execução da ação cautelosa	337
(c) O dever de atenção, controle e guarda	338
(d) O dever de prévia informação e preparação	339
2. As normas de trânsito e os regulamentos profissionais	342
VI. O princípio da confiança	348
1. Perigo por ação natural e por ação humana	350
2. Conduta de outrem provavelmente perigosa	351
3. Deveres especiais de controle	352
4. Conduta de outrem contrária ao dever	352
5. A participação culposa em ação de outrem	353
VII. A imputação do resultado	358
1. A questão do resultado	358
2. A relação de causalidade	362
3. A imputação normativa	366
(1) Critérios de delimitação da própria causalidade	367
(a) A causalidade típica	367
(b) O critério do comportamento alternativo	370
(c) A causalidade funcional	371
(d) A cláusula ceteris paribus	378
(2) O fim de proteção da norma	379
(a) O código de trânsito	382
(b) Os regulamentos médicos	385
(c) Os regulamentos laborais	387
(3) A imputação normativa do resultado	388
(a) A previsibilidade do resultado	389
(b) O critério da evitabilidade do resultado	394
(c) A teoria do aumento do risco	397
(AA) O setor da criação do risco	400
(aa) A diminuição do risco	400
(bb) A ausência do aumento do risco	401
(cc) Aumento do risco e limitação temporal	403
(BB) O setor da realização do risco	406
(aa) A ausência de realização do perigo	406
(bb) A ausência de realização do risco não permitido	407
(CC) O setor do alcance do tipo	408
(aa) A autocolocação em perigo	410
(bb) A heterocolocação em perigo consentida	414
(cc) O âmbito de responsabilidade alheio	416

(DD) Critérios relativos à qualidade da ação.....	417
(aa) O risco permitido	418
(bb) O risco habitual	421
(cc) A culpa leve	422
(dd) A questão da gravidade da culpa	423
Excerto: a compensação de culpas.....	426
VIII. As fases de realização do tipo culposo	427
SEÇÃO 3 - A ANTIJURIDICIDADE NO FATO CULPOSO.....	428
I. Aspectos gerais	428
II. As causas de justificação em espécie.....	432
1. A legítima defesa.....	432
2. O estado de necessidade	435
(1) A produção do perigo.....	436
(2) A inexigibilidade do sacrifício do bem protegido.....	440
3. O consentimento do ofendido	441
CAPÍTULO 3 - A CULPABILIDADE NO FATO CULPOSO	449
I. Aspectos gerais	449
II. Espécies de culpa: consciente e inconsciente.....	455
III. A capacidade de culpabilidade	461
1. O conceito de imputabilidade na negligência	461
2. A capacidade diminuída de culpabilidade	462
3. A actio libera in causa	462
(1) As hipóteses metodológicas.....	462
(2) A divergência doutrinária	463
(3) Conclusão sobre a actio libera in causa	465
4. A embriaguez	468
IV. A capacidade de reconhecer o cuidado e evitar o resultado	474
V. A capacidade de previsão do resultado e do nexa causal	477
VI. A consciência da antijuridicidade	480
VII. A inexigibilidade de conduta conforme à norma	488
1. As causas de exculpação	489
2. Particularidades das causas de exculpação	490
VIII. A exclusão da responsabilidade	491
CAPÍTULO 4 - O CONCURSO DE AGENTES NO FATO CULPOSO ...	493
I. O conceito de autor culposo	493
II. Os pressupostos do concurso doloso	495
III. Os pressupostos da autoria culposa	498
IV. A suposta coautoria	501

V. Autoria mediata e participação	504
VI. A atuação dolosamente distinta	511
CAPÍTULO 5 - OS DELITOS QUALIFICADOS PELO RESULTADO ...	513
I. Característica geral	513
II. Os fundamentos doutrinários	513
III. Particularidades da relação dolo e culpa	516
1. Os grupos de delitos	516
2. A excepcionalidade dos delitos culposos	518
CAPÍTULO 6 - O DELITO OMISSIVO CULPOSO	523
I. A previsão legal	523
1. A norma na omissão própria culposa	524
2. A norma na omissão imprópria culposa	526
II. Os elementos do tipo omissivo culposos	527
III. A culpabilidade nos delitos omissivos culposos	531
CAPÍTULO 7 - O CONCURSO DE CRIMES CULPOSOS	533
I. Normas gerais	533
II. A unidade e pluralidade de ações	534
1. Ação natural e unidade natural de ação	534
2. Ação comunicativa e unidade normativa de ação	535
3. A unidade jurídica de ação	542
(1) A unidade típica de ação	542
(2) A unidade de ação em identidade parcial	543
III. O concurso material	544
IV. O concurso formal	545
V. O crime continuado	546
VI. O concurso de leis	549
1. Características	549
2. Especialidade	553
3. Subsidiariedade	554
4. Consunção	555
5. Antefatos e pós-fatos impuníveis	556
6. A identidade de autor e a pós-pendência	558
BIBLIOGRAFIA GERAL	559
INDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	571